

Solidariedade e cidadania

Moção de orientação global

Primeiros subscritores
Helena Roseta e José Leitão



XV Congresso - 2006

Índice

1. Razão de ser desta moção	1
1.1 Estar atento aos sinais	1
1.2 Debater problemas do país, reflectir sobre o partido	1
1.3 Portugal – uma sociedade crispada	1
1.4 A era do “capitalismo total”	1
1.5 Que solidariedade, que cidadania?	2
2. Uma visão solidária da sociedade	2
2.1 A constituição económica não escrita da Europa	3
2.2 O Estado e os direitos sociais	3
2.3 A crise do emprego e a frustração democrática	3
2.4 Não há direito ao trabalho quando há trabalho sem direitos	3
2.5 O Código do Trabalho continua desequilibrado	4
2.6 Escola pública e mudança educativa	4
2.7 Uma política social de habitação	5
2.8 Reforma da saúde e direitos dos doentes	5
2.9 Contra a privatização da segurança social	5
2.10 A “geração do recibo verde”	6
2.11 O novo modelo social europeu	6
2.12 Desertificação e identidade nacional	7
2.13 Energia e interesse nacional	7
2.14 Uma sociedade cosmopolita e de inclusão	7
2.15 Sacrifícios e sacrificados	8
2.16 Que fazer?	8
3. A urgência da cidadania	8
3.1 Praticar a igualdade	8
3.2 Os jovens e a política	9
3.3 A justiça como um novo direito social	9
3.4 Corrupção e impunidade	9
3.5 O funcionamento dos partidos	9
3.6 Poder mediático e direito à informação	10
3.7 “Democracia electrónica” e movimentos emergentes	10
3.8 A procura do sentido	10
4. Responsabilidade e oportunidade histórica do PS	11
4.1 A batalha contra a “cunha”	11
4.2 Eleições presidenciais e fechamento do partido	11
4.3 Belém e a tentação do bloco central	12
4.4 Um salto qualitativo nas autárquicas	12
4.5 Reinventar o socialismo	12

Solidariedade e cidadania

Moção ao XV Congresso do Partido Socialista

Primeiros subscritores: Helena Roseta e José Leitão

1. Razão de ser desta moção

1.1 Estar atento aos sinais

O Partido Socialista tem uma história, uma memória e um projecto que não se esgotam em cada acto eleitoral nem no programa e actuação do governo. Em todos os momentos de crise e transformação da sociedade portuguesa, os socialistas procuraram ouvir as aspirações dos seus compatriotas e apresentar propostas mobilizadoras. É essa a principal razão de ser desta moção: estar atento aos sinais e encontrar respostas que dêem sentido ao nosso combate quotidiano por um Portugal mais livre, mais justo e mais fraterno.

1.2 Debater problemas do país, reflectir sobre o partido

Respondemos ao apelo do Secretário Geral na Comissão Nacional para um debate sem tabus neste Congresso. Esta moção é o nosso contributo. Não visa apoiar nenhuma candidatura alternativa ao cargo de Secretário Geral. O que pretendemos é trazer ao debate temas e problemas centrais para o nosso futuro colectivo. Também queremos reflectir sobre o nosso funcionamento interno. São muito grandes as responsabilidades do PS perante o país e perante os seus eleitores. É preciso estarmos à altura delas, sem medo das divergências e sem ceder a nenhum tipo de interesse que não seja o interesse geral.

1.3 Portugal – uma sociedade crispada

Portugal é hoje um país muito diferente daquele que era há 30 anos. Modernizou-se, entrou na Europa, construiu um regime democrático que tem permitido a alternância e consagrou direitos básicos essenciais.

Vivemos profundas mutações: mudou a sociedade, mudou a economia, mudou o território. Passámos de uma sociedade política e socialmente fechada para uma sociedade aberta. De país de emigração tornámo-nos país de imigração, mas não podemos estar desatentos aos novos fluxos emigratórios. Envelhecemos e perdemos população activa a um ritmo acelerado. Apesar dos benefícios da integração europeia, a nossa economia, baseada em salários baixos e mão de obra pouco qualificada, perdeu competitividade. Registamos sistematicamente os últimos lugares das estatísticas comunitárias. O território também se alterou profundamente: o interior desertificou-se, os subúrbios cresceram, os centros das cidades declinaram. Todos estes sintomas se repercutem numa sociedade crispada, em que o pessimismo alastra e o desencanto substitui a confiança.

1.4 A era do “capitalismo total”

A globalização contribuiu activamente para algumas destas transformações. Hoje vivemos naquilo a que já se chamou o “capitalismo total”, que faz do

dinheiro a medida de todas as coisas. O sistema ultraliberal que a globalização trouxe consigo é incapaz de auto-regulação, como o demonstram o agravamento das desigualdades, mesmo nos países mais desenvolvidos. Os grandes compromissos sociais do pós-guerra que permitiram a construção dos Estados Providência não se aplicam à escala global. O capital circulante despreza os outros poderes, do sindical ao político.

A oligarquia dos gestores tornou-se numa nova classe dominante, que obedece acima de tudo às regras ditadas pelas exigências da multiplicação de capital, sob pena de cada gestor perder o seu lugar e o seu poder. A dicotomia já não é entre capitalistas e trabalhadores, mas entre actores da mundialização e sobreviventes.

O cidadão, accionista e consumidor, alimenta o capitalismo total. Mais do que o lugar onde se produzem os bens que compra, preocupa-o obtê-los pelo preço mais baixo. Só que nesse processo ele é também vítima e perde cada vez mais soberania. O individualismo triunfa e os sentimentos de solidariedade colectiva recuam.

As regras anónimas do capitalismo total têm sobre o nosso quotidiano um enorme impacto. À revolta da desigualdade soma-se a da impotência. Estamos de facto ameaçados por uma espécie de totalitarismo anónimo, baseado na utopia impossível de um enriquecimento individual ilimitado.

1.5 Que solidariedade, que cidadania?

Sabemos que não é possível nem desejável suprimir o mercado, condição da liberdade económica e do progresso. Mas também não aceitamos minorizar o Estado, que deve ser o garante das funções essenciais da soberania e do acesso aos direitos sociais, sem os quais os direitos políticos serão incompletos. É ao Estado que compete regular o mercado e não o contrário. Dele se espera e se exige a contenção dos efeitos do mercantilismo desregulado e selvagem para que resvala hoje a economia global. O Estado tem de ser capaz de harmonizar a esfera da economia, onde impera a competitividade, a esfera social, onde tem de imperar a coesão, e a esfera ambiental, onde a sustentabilidade deve ser a regra.

A questão que hoje se coloca aos socialistas é saber como podem voltar a construir uma visão solidária da sociedade, em que os interesses individuais não prevaleçam sobre o interesse geral e em que os cidadãos tenham a possibilidade de participar na aventura do destino colectivo.

Será possível conjugar hoje os dois grandes valores do socialismo democrático – a **solidariedade e a cidadania**? É essa a grande pergunta que queremos trazer a este Congresso.

2. Uma visão solidária da sociedade

2.1 A constituição económica não escrita da Europa

O respeito pelo social, a prioridade aos direitos sociais e a defesa ideológica e concreta da solidariedade não são valores arcaicos, como afirma a vulgata neo-liberal. São uma vertente essencial do modelo de sociedade que defendemos. Que temos nós a propor aos dois milhões de portugueses em estado de pobreza, ao meio milhão de desempregados, às centenas de

milhares de famílias sem habitação condigna, aos jovens que foram vítimas do insucesso e abandono escolar ou que têm de emigrar porque todas as portas lhes são fechadas?

Sabemos que a margem de actuação dos governos europeus é muito estreita. Há na Europa uma constituição económica não escrita, formada pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento e pelas Grandes Orientações da Política Económica, que condiciona todos os governos e na prática impede a construção de políticas alternativas. Até que ponto é que os cidadãos europeus estão conscientes da existência desta espécie de nova “mão invisível” na União Europeia? Até que ponto é que somos cúmplices do silêncio generalizado sobre ela?

2.2 O Estado e os direitos sociais

A disciplina orçamental e a contenção do défice não são nem podem ser o principal objectivo dos socialistas. São um instrumento indispensável, é certo, mas indissociável da sustentabilidade das políticas sociais. Uma sociedade solidária não pode aceitar que o Estado se demita do seu papel de garante dos direitos sociais, incluindo o direito à educação, ao trabalho, à habitação, à saúde e à segurança social.

2.3 A crise do emprego e a frustração democrática

A competitividade desregulada que caracteriza o mercado global de hoje, com as deslocalizações e o encerramento de empresas em cadeia, semeiam o desemprego e a pobreza em muitas regiões do país. Fazem alastrar o desespero das famílias e intensificam as já de si preocupantes desigualdades sociais, com consequências dramáticas para amplos sectores da classe trabalhadora, deprimida e depauperada também na sua dignidade. A miséria económica dá lugar à miséria humana. E os trabalhadores tornam-se vítimas indefesas da voracidade lucrativa, abdicando de muitos dos seus direitos e vendo-se de facto impedidos do acesso à cidadania plena que a democracia lhes prometeu. A dignidade, a segurança e os direitos laborais são cada vez mais substituídos pelo medo, pelo risco e pela precariedade. Perante este cenário cresce a frustração e o divórcio entre as populações e as instituições democráticas. A diferença entre esquerda e direita passa pelas respostas a estes problemas.

O clima de crise que se vive permite que os portugueses compreendam medidas económicas de contenção. Mas há um capital de expectativas e de esperança que corre o risco de se perder, caso o ciclo negativo em que estamos não seja rapidamente invertido. Precisamos de políticas activas no campo do emprego, mas também de medidas consistentes de combate aos encerramentos e falências fraudulentas de empresas com viabilidade.

2.4 Não há direito ao trabalho quando há trabalho sem direitos

A retoma económica não depende apenas da acção governativa, mas é ao governo que compete em primeira instância responder à crise social e de emprego. A modernização sustentada do nosso tecido produtivo tem de ser acompanhada de apoio concertado aos que sofrem na pele o desemprego, cujas condições e idades os impedem de, por si sós, realizarem com êxito a necessária reconversão profissional e requalificação educacional.

O esforço nas políticas científicas e de inovação tecnológica só no médio prazo terá efeito positivo palpável na competitividade da nossa economia. É preciso criar maiores estímulos à criação de auto-emprego e a programas de reconversão industrial e de formação profissional, educacional e tecnológica em regiões e municípios particularmente ameaçados pelo desemprego.

Não há direito ao trabalho se houver trabalho sem direitos. A modernização da indústria tem de envolver a componente tecnológica mas também a inovação social. As empresas cumpridoras, que promovem a produtividade com responsabilidade social e respeito pela liberdade sindical, devem ser premiadas. A nova cultura de empresa tem de fundar-se na excelência e na motivação dos funcionários, mas também no diálogo social, nos direitos democráticos e na gestão de conflito. Precisamos de programas de reestruturação industrial que envolvam e mobilizem os actores sociais locais e regionais, construindo sinergias e alargando as redes de iniciativa e de desenvolvimento local, em articulação com as comunidades, os municípios, os sindicatos, as escolas, as associações e os cidadãos em geral.

2.5 O Código do Trabalho continua desequilibrado

O contrato individual de trabalho não pode ser encarado como um mero contrato de direito civil. As condições de funcionamento do mercado de trabalho – um mercado sempre adverso dos que oferecem a força de trabalho e sempre amigo dos que a procuram – e o choque social das suas dramáticas consequências justificaram historicamente a intervenção correctiva do mercado por parte do Estado, com o apoio e o aplauso de todas as forças sociais, políticas e religiosas.

O Código do Trabalho do PSD-PP flexibilizou e precarizou a condição dos trabalhadores, introduzindo a caducidade das convenções colectivas e subvertendo o princípio do tratamento mais favorável. As alterações já introduzidas na legislação laboral pelo governo socialista, neste ponto, não a melhoraram e até a terão piorado, face ao entendimento que o próprio Tribunal Constitucional fez da redacção do governo anterior.

Esta revisão não resolveu, a nosso ver, a questão de fundo do Código do Trabalho: o seu desequilíbrio em detrimento dos trabalhadores, em nome de um pretendo aumento da competitividade, que aliás não se confirmou com a vigência das novas regras. É esta a questão, verdadeira “alma” do direito do trabalho, que os socialistas têm o dever de suscitar.

2.6 Escola pública e mudança educativa

Sabemos que o actual governo herdou uma situação orçamental crítica e que há bloqueios graves que exigem reformas importantes nos serviços sociais prestados ou garantidos pelo Estado. Não se deve ceder perante interesses corporativos. Mas não se podem confundir direitos adquiridos legítimos com privilégios.

Queremos uma escola pública valorizada, capaz de responder aos desafios do país e dos seus jovens; uma escola pública que favoreça a coesão social e cultural; uma escola pública que propicie o desenvolvimento de saberes e competências fundamentais e duradouras, através de aprendizagens significativas para os jovens, no momento em que as realizam e no futuro. Queremos maior responsabilização de todos no sistema educativo. Mas para

isso é preciso que cada escola tenha condições para construir o seu próprio projecto, de forma autónoma e participada. E também é preciso que se estabeleçam pontes de diálogo estimulantes entre os professores, protagonistas fundamentais da gestão dos processos de mudança educativa na escola, e os responsáveis pela política educativa aos diferentes níveis da administração.

Queremos novas oportunidades de educação de natureza profissional e tecnológica para os jovens. Urge alargar a rede de reconhecimento, certificação e validação de competências para melhorar as qualificações da população activa do país.

2.7 Uma política social de habitação

Nas zonas velhas das cidades, nos bairros degradados e em certos bairros sociais as condições de habitação de imigrantes, pessoas idosas e famílias pobres atingem níveis de deterioração alarmantes. A qualidade da habitação colocada no mercado não é fiscalizada. Não estão definidos mínimos de habitabilidade, de conforto e bem-estar obrigatórios. Saudamos a nova lei do arrendamento, mas o mercado, mesmo com a nova lei, não conseguirá suprir as carências existentes. A política social de habitação não pode ser um parente pobre da agenda política e mediática do governo, nem um pretexto para o jogo do empurra entre a administração central e local.

2.8 Reforma da saúde e direitos dos doentes

A defesa do Serviço Nacional de Saúde sempre foi uma bandeira dos socialistas. Temos consciência da gravidade dos problemas colocados por uma população que envelhece cada vez mais perante os custos crescentes da intervenção médica e dos medicamentos. Mas não aceitamos soluções que pretendam curar a doença da saúde agravando a carga dos doentes. Não é aceitável nem sequer constitucionalmente admissível fazer recair novas taxas ditas “moderadoras” sobre quem carece de internamento ou intervenção cirúrgica. O modelo de sociedade que defendemos exige a solidariedade entre pessoas saudáveis e doentes. Em termos de acesso à saúde, o princípio do consumidor-pagador não deve ser invocado.

Há vários caminhos ainda não utilizados coerentemente para a redução de custos na Saúde. Há que racionalizar a prescrição de medicamentos com a utilização de um formulário do Serviço Nacional de Saúde, utilizar melhor os recursos humanos, desburocratizar e limitar a influência das multinacionais do medicamento e das tecnologias da saúde. A melhoria da formação dos profissionais da saúde e a promoção da investigação científica são também fundamentais. O que não aceitamos é que o controle de custos se faça à custa do direito à saúde.

2.9 Contra a privatização da segurança social

Também na reforma da segurança social temos de fazer valer um modelo de sociedade que inclua a solidariedade entre gerações e entre os cidadãos em geral. Por isso contestamos a privatização da segurança social. Não apenas pelos custos de transição que tal implicaria, mas porque isso significaria aceitar uma forma de individualismo e de egoísmo geracional, em que cada qual só descontaria em seu próprio benefício. Estaríamos a construir uma sociedade

ainda mais desigual, mais cruel e por isso menos coesa. Para já não falar dos chorudos lucros que tal representaria para as seguradoras e para a banca, a quem os portugueses já entregam uma enorme parte do seu esforço financeiro, através dos juros para pagar a casa, o carro ou a educação dos filhos.

Os socialistas não podem contemporizar com os actuais ataques à segurança social. A concretizarem-se, seria o fim do Estado social sob o ímpeto avassalador dos interesses organizados dos mais ricos e poderosos. As propostas recentes da direita neoliberal sobre a Administração Pública, que pretendem a fragmentação, o enfraquecimento e, no final, a destruição e o esvaziamento dos serviços públicos em áreas nevrálgicas para o país, requerem uma resposta enérgica dos socialistas. É preciso repor a centralidade das políticas sociais como parte indissociável das metas morais inscritas na Constituição da República Portuguesa.

2.10 A “geração do recibo verde”

A solidariedade intergeracional inclui uma atenção especial à geração mais jovem, a chamada “geração do recibo verde”, ameaçada de desemprego e precariedade. A incerteza quanto ao futuro, o agravamento sistemático do desemprego de jovens licenciados, a falta de horizontes pessoais e familiares devem ser sinais de alerta para todos nós. Como é possível que um país com enorme falta de quadros qualificados paradoxalmente não aproveite os jovens licenciados em que investiu?

A fuga de cérebros é uma problema candente do nosso sistema científico e universitário. Não tem futuro um país onde os seus melhores jovens, os seus mais promissores talentos no campo científico, têm de optar pela emigração. A reestruturação das universidades no âmbito do processo de Bolonha terá de traduzir-se no estímulo da excelência académica e premiar as instituições que, sem descuidar a formação científica, souberem estabelecer melhores ligações com o mercado de trabalho e a actividade económica. A formação superior não pode ficar refém da mera lógica de mercado. Áreas científicas com menos procura mas de grande significado para a formação avançada devem ser garantidas. A previsível massificação dos primeiros ciclos (licenciatura) irá obrigar a aferir o mérito pela qualidade dos mestrados e doutoramentos. É decisivo criar condições de acesso a tais formações, para evitar uma nova forma de elitismo através do ensino superior.

2.11 O novo modelo social europeu

Muitas das dimensões da solidariedade dependem de políticas públicas que compõem o chamado “modelo social europeu”, um dos mais importantes legados do socialismo democrático do século XX. Há que reinventá-lo à luz das realidades actuais e da mudança de estilos de vida. A escala nacional em que foi concebido correspondia na altura às formas organizativas das forças sociais. Hoje essa escala mudou. Também o social tem de evoluir para a escala global, sem deixar de se aprofundar à escala nacional e local. Isto significa que não são só as políticas do governo que devem ser escrutinadas, mas as políticas europeias e mundiais. A predominância neo-liberal em directivas europeias fundamentais, como a Directiva Serviços, tem de ser contrariada, porque irá agravar a crise social na Europa.

Também as políticas locais devem participar do novo modelo social europeu. Numa sociedade cada vez mais urbanizada, é à escala local que os cidadãos esperam encontrar resposta imediata aos seus direitos sociais. A participação de associações, organizações não governamentais e movimentos de cidadãos é uma componente essencial da sociedade solidária que defendemos. É também por aqui que passa hoje a cidadania.

2.12 Desertificação e identidade nacional

Há ainda outras dimensões da solidariedade intergeracional. Preservar os recursos naturais, defender o ambiente, proteger a paisagem, procurar modos de desenvolvimento sustentável, são para nós uma prioridade, em nome do respeito pelos que ainda não nasceram.

A desertificação do país, resultante do envelhecimento e das mutações sociais, mas também da desastrosa gestão da floresta e do mundo rural durante décadas, exige que repensemos o ordenamento do território. Não compreendemos que se fechem serviços públicos sem nenhuma articulação com medidas positivas para não deixar morrer a esperança dos que ainda vivem no interior. Estão em causa a solidariedade inter-regional e o direito de todos ao acesso equitativo a equipamentos e serviços públicos. O controle orçamental imediato não pode sobrepor-se à visão de sociedade que defendemos no médio e longo prazo. Desistir de mais de dois terços do nosso território, considerados áreas críticas por razões de perda populacional, adoptando, ainda por cima, medidas que agravam essa perda, é uma ameaça ao desenvolvimento e à nossa própria identidade nacional. Um país que aprofunda as assimetrias regionais é um país definitivamente bloqueado, um país que as reduz é um país com futuro.

2.13 Energia e interesse nacional

O nosso país é na Europa o que mais depende de fontes externas para o seu abastecimento energético. É preciso reduzir essa dependência e assegurar ao mesmo tempo o controle mínimo, pelo Estado, sobre as principais empresas que actuam nesta área. Só assim se poderá evitar que a produção e distribuição das diversas formas de energia fique totalmente em mãos alheias ao interesse nacional.

As recentes modificação accionistas na GALP foram tudo menos transparentes. O Estado deve manter posição accionista na EDP e na GALP e assegurar o máximo controle possível na REN.

É preciso tirar mais partido da produção da energia hídrica e eólica. Mas também tem de se diminuir o consumo insustentável de combustíveis nos transportes.

2.14 Uma sociedade cosmopolita e de inclusão

Defendemos uma sociedade cosmopolita e de inclusão, que saiba conjugar diversidade e cidadania, prevenindo a segmentação social e a discriminação racial. A nossa atitude face aos imigrantes deve espelhar esse objectivo, promovendo a participação cívica dos cidadãos imigrantes, nomeadamente, através da participação nas eleições locais, sem sujeição à exigência de reciprocidade. Sabe-se que as migrações são imprescindíveis para o

desenvolvimento económico dos países de acolhimento, bem como para o seu rejuvenescimento demográfico. Contribuem também, desta forma também para a sustentabilidade da Segurança Social.

É fundamental prestar atenção às elevadas qualificações de milhares de imigrantes que se vêm forçados a aceitar empregos precários e desqualificantes, quando as suas competências poderiam ser vitais para modernizar as nossas empresas e instituições. O reconhecimento dessas qualificações e diplomas superiores depara-se com obstáculos burocráticos e uma legislação desadequada que é preciso rever.

Estas são questões essenciais para Portugal, que os socialistas têm o dever de colocar na agenda.

Num mundo cada vez mais globalizado, os imigrantes podem participar de forma privilegiada na diversificação e densificação das relações entre Portugal e os seus países de origem, a nível económico, cultural e político, reforçando o papel de Portugal no Mundo.

2.15 Sacrifícios e sacrificados

Numa sociedade solidária o contributo das actividades económicas para suportar os encargos do interesse público tem de ser bem repartido. Em Portugal, os lucros não tributados da banca, da especulação imobiliária e dos tráficos ilegais são um escândalo. É difícil pedir mais sacrifícios aos sacrificados de sempre. Registamos a determinação do governo do PS em enfrentar os poderes fácticos. Mas não podemos compreender que haja deputados socialistas que acumulem o seu cargo com altos cargos em empresas cujos interesses muitas vezes entram em conflito com o interesse geral.

2.16 Que fazer?

Como imprimir nas sociedades de hoje um olhar colectivo que possa temperar a erupção dos interesses individuais? Como subordinar o poder económico global ao poder político nacional? Como fazer com que as instituições estejam submetidas ao princípio da responsabilidade, isto é, ao controle de normas definidas democraticamente? Este é o desafio da cidadania, que inspira e motiva a nossa moção.

3. A urgência da cidadania

3.1 Praticar a igualdade

Defender a igualdade de direitos e oportunidades de homens e mulheres é uma prioridade da organização social. Portugal está longe de ter atingido essa meta. As mulheres portuguesas são das que mais trabalham na União Europeia, mas a sua média salarial é inferior à dos homens. São as que mais sofrem quando o desemprego aumenta. E ainda que maioritárias no ensino superior, têm mais dificuldades no primeiro emprego. No exercício de cargos políticos e no desempenho de funções de chefia, ocupam menos lugares e têm incomparavelmente menos visibilidade que os homens. As alterações legislativas já realizadas pelo PS são insuficientes. No governo, nas autarquias,

no parlamento e na vida partidária, é preciso que o PS concretize a paridade que na lei e nos seus estatuto defende.

3.2 Os jovens e a política

Muitos dos nossos jovens manifestam sinais claros de alheamento e por vezes até de alguma agressividade sobre tudo o que se relaciona com a actividade política.

A juventude tem um papel muito importante no desenho do futuro do regime democrático e os sinais do seu alheamento podem colocá-lo em risco. Urge impedir este estado de espírito, mobilizando os jovens para a actividade cívico-política e proporcionando-lhes Educação para a Cidadania.

O PS tem de se abrir mais aos jovens, dar-lhes maiores responsabilidades internas e transformá-los em parceiros mais intervenientes de toda a nossa vida colectiva.

3.3 A justiça como um novo direito social

A confiança dos cidadãos nos mecanismos da democracia e na própria capacidade económica do país é afectada pelo mau funcionamento da justiça. A morosidade ou ineficácia das decisões, nomeadamente na área cível, é insustentável e mina a credibilidade de todo o sistema. Há um sem número anormalmente inútil de normas que não permitem a celeridade. Quem tem poder económico ou mediático, consegue sistematicamente escapar à alçada da lei. A cidadania plena exige uma justiça atempada, eficiente, equitativa e acessível, concebida ela própria como um novo direito social. E também independente do poder político, mediático ou desportivo. Não basta um pacto PS-PSD para alcançar estes objectivos. É preciso que todo o sistema judicial seja capaz de responder às exigências crescentes da sociedade.

3.4 Corrupção e impunidade

Ligada ao mau funcionamento da justiça surge a questão da corrupção, em cujo combate são escassos os resultados obtidos. Os grande processos não desaguam em nada. A promiscuidade tantas vezes evidenciada entre a acção política, o futebol e os interesses imobiliários alastra impunemente. A lei não devia permitir sequer a candidatura a cargos políticos de cidadãos pronunciados, ainda que sem pôr em causa a presunção de inocência que a todos é devida. A transparência do financiamento partidário devia ser um ponto de honra e não um simples *fait-divers* cujos percalços se apagam com uma simples coima.

3.5 O funcionamento dos partidos

Não haverá melhor cidadania sem uma abertura e um melhor funcionamento dos partidos políticos. Há muitas pessoas que querem intervir politicamente e não têm como. Os partidos políticos são cada vez menos espaços de formação cívica e ideológica e tendem a transformar-se em meros instrumentos de conquista ou manutenção do poder. O clientelismo e o carreirismo aparelhístico substituíram a convicção genuína e a luta por valores e causas. As fidelidades pessoais passam à frente do mérito. Discutem-se nomeações em vez de ideias

e a independência de espírito é desencorajada. Os melhores afastam-se da vida política e cresce o divórcio entre representantes e representados.

3.6 Poder mediático e direito à informação

O funcionamento do poder mediático contribui para aumentar a distância entre políticos e eleitores. O tempo vertiginoso da notícia é diferente do tempo da acção política. Os formatos televisivos dominantes atraem o simplismo e afastam a apresentação sustentada das ideias. Comentaristas, analistas e responsáveis políticos confundem os seus papéis. Agências de comunicação, cuja acção não é escrutinada por ninguém, produzem agendas ocultas que enviesam as prioridades da agenda mediática e dos alinhamentos noticiosos. O direito à informação, que implica o direito a informar e o direito a ser informado, apesar da aparente abundância de escolha, não está garantido. O noticiário político está cheio de estereótipos e não-notícias, enquanto a liberdade e independência dos jornalistas é ameaçada por vínculos laborais instáveis e pelas dependências cruzadas entre poder económico e poder mediático. A defesa do direito à informação é hoje uma das dimensões essenciais da cidadania.

3.7 “Democracia electrónica” e movimentos emergentes

A crise da democracia representativa de que enunciamos alguns sintomas não se verifica só em Portugal. Um pouco por todo o lado, potenciados pela insatisfação dos cidadãos e pelas novas possibilidades de comunicação permitidas pela Internet, estão a surgir movimentos de cidadania abertos, plurais, transversais e dinâmicos. A saída para a crise passa necessariamente pela abertura dos partidos e dos media a estas novas formas de organização e mobilização das pessoas. A própria palavra “rede” (“net”) é uma metáfora dessas organizações emergentes, cujo funcionamento se afasta das tradicionais concepções hierárquicas e piramidais. Novos espaços de debate surgem todos os dias nos universos virtuais. Pela primeira vez o acesso à informação pode permitir a todos saber o que a todos diz respeito.

Os sectores “infoexcluídos” e os poderes e burocracias instaladas olham para estas realidades com apreensão ou ignoram as suas potencialidades. Não basta instalar computadores ligados à rede para que os cidadãos os procurem e utilizem espontaneamente. Precisamos de alargar e dinamizar o acesso a este poderoso meio. Apesar de todas as suas limitações, a “democracia electrónica” irá condicionar, em larga medida, o nosso desenvolvimento e modernidade no século XXI.

Mas este extraordinário progresso traz consigo novos riscos e novas ameaças. Em nome do direito à segurança, cresce a tentação securitária e põem-se em causa direitos democráticos consolidados.

3.8 A procura do sentido

Todas estas transformações se dão num contexto de consumismo desenfreado à escala global. O dinheiro impõe-se como único “valor” universal. Grande parte do tempo de cada um esgota-se na procura de um “status” social cada vez mais definido pelos bens de consumo a que pode aceder, nem que seja à custa de sobre-endividamento. A austeridade caiu em desuso e a ética de serviço

público é para muitos um anacronismo. O vazio de valores confere um poder sedutor aos fundamentalismos de toda a espécie.

O socialismo do século XXI enfrenta um novo desafio: ser capaz de dar um sentido à luta pela vida de milhões de seres humanos. É também por aqui que passa a cidadania – pela aprendizagem, pela cooperação, pela descoberta do outro, pela amizade, pela experiência concreta e quotidiana da fraternidade. Sentimentos que nos partidos, tais como eles hoje existem, são cada vez mais difíceis de cultivar.

4. Responsabilidade e oportunidade histórica do PS

4.1 A batalha contra a “cunha”

Um Congresso do Partido Socialista deve ser um momento alto de mobilização e afirmação da nossa vontade colectiva. No nosso país a polémica e o sentido crítico sempre escassearam. Por isso mesmo devemos ser muito mais exigentes para connosco próprios. O impulso para a unanimidade sem discussão é mau conselheiro. Sabemos que coexistem no PS visões distintas do que devem ser a esquerda e o socialismo nos nossos dias. Não pretendemos ser detentores de verdades absolutas. Mas o debate interno tem sido insuficiente e não tem chegado às bases, muito menos agora, com o PS no poder. Em vez do confronto de opiniões e argumentos, o que alimenta muita da nossa vida partidária são formas de microtráfico de influências e favores. O fenómeno não é exclusivo do PS. Portugal é o país da “cunha” onde é preciso estar constantemente a “olear” as redes sociais, as cumplicidades e os compadrios. Combater esta atitude é uma batalha cultural que os socialistas têm de travar. Só assim poderemos revigorar o partido e abrir novos espaços à participação empenhada das pessoas.

4.2 Eleições presidenciais e fechamento do partido

Os piores inimigos dos partidos e da democracia representativa não são aqueles que criticam os seus vícios e insuficiências, mas sim os que dentro deles confundem espírito crítico com actividade conspirativa.

Tivemos um exemplo eloquente deste processo nas últimas eleições presidenciais. O candidato escolhido pelo Secretário Geral e posteriormente apoiado pela maioria da Comissão Nacional do PS ficou em terceiro lugar, enquanto Manuel Alegre, militante histórico do PS e candidato sem apoio de nenhum partido, ficou a escassas cinco décimas da segunda volta. Entre os mais de um milhão de votos de Manuel Alegre, estiveram muitos socialistas que querem um PS mais aberto, mais rico e mais actuante, sem prescindir da liberdade inalienável que lhes cabe de pensar e agir de acordo com a sua consciência.

O PS deve meditar no que se passou e retirar daí lições. Um Congresso também deve servir para analisar os erros cometidos. Não para abrir feridas que a ninguém aproveitam, mas para acautelar erros futuros. De cada vez que um Partido se fecha e se recusa a ouvir a sociedade, afasta-se um pouco mais dos seus eleitores.

4.3 Belém e a tentação do bloco central

As nossas responsabilidades são muito grandes. Temos um governo de maioria absoluta na Assembleia da República, estamos à frente dos destinos da Região Autónoma dos Açores, ocupamos a presidência de muitas câmaras municipais. A situação económica e social não permite devaneios e todas as decisões são duramente escrutinadas pelas oposições e pela opinião pública.

O Presidente da República apoiado pela direita já deu sinais de que quer reconstituir o bloco central PS-PSD a partir de Belém. Fê-lo de forma evidente quando mostrou o desejo de um acordo entre os dois partidos na segurança social, como pretende o líder do PSD, apesar das diferenças notórias entre os programas e da legitimidade inquestionável da maioria para governar com o seu próprio. O conceito de “cooperação estratégica” que Cavaco Silva defendeu na campanha vai ser posto em prática, conduzindo à tentação de ingerência presidencial na acção do governo. Temos de nos preparar, sem ilusões, para dificuldades crescentes por parte de Belém.

4.4 Um salto qualitativo nas autárquicas

As próximas eleições autárquicas têm de ser um salto qualitativo na vida do PS. Queremos mais mulheres a candidatar-se e não apenas a segundos lugares. Queremos mais portugueses de todas as origens e mais imigrantes. Queremos maior transparência no financiamento das campanhas eleitorais. Queremos sobretudo maiores oportunidades de abertura do PS a novos rostos e novas competências. É por aí e pela limitação de mandatos dentro do próprio partido que passam a reforma do sistema político e as novas fronteiras da cidadania.

4.5 Reinventar o socialismo

Há em todo o país socialistas empenhados no movimento sindical, nas autarquias, em movimentos juvenis, nas escolas, em causas associativas, em instituições de solidariedade social, em causas cívicas. O choque entre as tarefas de cada um e as propostas do governo é frequente. Todos os dias sentimos a crispação da sociedade portuguesa, todos os dias somos chamados, não apenas a defender a maioria que elegemos, mas sobretudo a dar a cara pelos valores em que acreditamos. Temos por isso toda a legitimidade para exigir do governo e da maioria parlamentar que não desmereçam a confiança neles depositada e para exprimir neste Congresso os nossos pontos de vista e as nossas aspirações. Há mais vida para além do governo.

Estamos convencidos que a democracia participativa pode e deve ser uma forma de renovar e revigorar democracia representativa.

Temos na nossa frente a oportunidade histórica de reinventar o socialismo. É essa a nossa principal responsabilidade aqui e agora. Para lá das divergências e das funções que cada qual desempenha, temos de exigir de todos que solidariedade e cidadania não sejam palavras vãs.